



REGISTRO DE CONTRATO SOCIAL DE MICROEMPRESA JUNTO AO RCPJ

A Defensoria Pública pode formular o pedido de gratuidade para isenção de REGISTRO DE CONTRATO SOCIAL DE MICROEMPRESA JUNTO AO RCPJ, desde que o (a) interessado possa provar que não tenha condições.

Documentos Necessários: (ORIGINAL E CÓPIA)

- Certidão de Nascimento ou Casamento (Caso o assistido seja divorciado ou separado judicialmente, deverá apresentar a certidão de casamento com a averbação)
- RG ou Carteira Profissional
- CPF
- Cópia das 03 (três) últimas declarações de Imposto de Renda - **OBRIGATÓRIO** para comprovar a hipossuficiência
- Comprovante de renda para que seja verificado o direito à gratuidade de justiça – **Art. 34 da Deliberação CS 88/2012**

São documentos hábeis a comprovação de renda, a escolha do assistido:

- I - Contracheque; ou
 - II - Carteira Profissional; ou
 - III - Declaração de próprio punho do empregador ou do sindicato profissional, devidamente subscrita; e
- Para comprovar sua condição de hipossuficiente, além da apresentação de um dos documentos acima mencionados, o assistido deverá, **obrigatoriamente**, apresentar cópia de suas 3 **últimas declarações de Imposto de Renda**, caso as tenha entregue.

- Comprovante de residência em seu nome – **Art. 37 § 2º da Deliberação CS 88/2012**

São documentos hábeis a comprovação do domicílio, a escolha do assistido:

- I - Contas emitidas por concessionários de serviços públicos datadas de até três meses;
- II - Qualquer correspondência de empresas privadas e/ou órgãos públicos, datada de até três meses;
- III - Declaração da Associação de Moradores datada de até três meses;
- IV - Contratos de aluguel vigente;
- V - Declaração e/ou com cópia de identidade do declarante, desde que acompanhada de um dos documentos previstos nas alíneas anteriores exigidos pelo Defensor Público, que avaliará os casos excepcionais, decidindo sobre a viabilidade do atendimento.

Outros Documentos necessários:

- RG e CPF dos sócios-diretores;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Comprovante de Residência (luz, água, telefone) dos sócios-diretores;
- Comprovante de Renda dos sócios-diretores;
- Qualificação dos sócios-diretores (nacionalidade, estado civil, profissão e endereço completo com CEP);

Outros documentos que se fizerem necessários, serão solicitados pelo Defensor Público no curso do atendimento, assim como eventual autenticação. Neste caso o(a) assistido(a) deve solicitar o ofício de gratuidade.

Local de atendimento:

Núcleo Cível da residência